Universidade de São Paulo

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

Departamento de Economia, Administração e Sociologia

RESUMO: REINVENTANDO O CAPITALISMO DE ESTADO

GRUPO:
Guilherme Cia Rodrigues
Gustavo Scholl Ventura da Silva
Stefano Rossatto Accarini
Vitor Alexandre Canedo da Silva

Trabalho apresentado na disciplina de
História Econômica Contemporânea
LES0106
Prof. Carlos Eduardo de Freitas Vian

Piracicaba – SP

2018

Introdução

Desde o fim da primeira Grande Guerra, com a Revolução Russa (1917), é possível verificar um início de cisão ideológica na história, na qual as aplicações políticas e econômicas vieram de inspiração marxista e encontraram lugar de aplicação na ascensão do partido Bolchevique ao poder do então Império Russo.

Após a consolidação deste processo, foram normalizadas algumas práticas bastante divergentes do sistema internacionalizado capitalista. Estatização das empresas, centralização das iniciativas econômicas e planificação da economia estavam entre estas.

A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 apenas fomentou ainda mais este novo modelo, que sofreu grandes abalos após a "locomotiva do capitalismo" passar pela maior crise da história do sistema capitalista. Assim, o liberalismo como antes pregado, não encontrava mais espaço prático diante de tamanha frustração, sendo necessárias novas adaptações para se adaptar às novas necessidades dos mercados. Assim, durante as décadas seguintes, os países europeus e os próprios Estados Unidos, passaram a intervir na economia através do Estado como investidor - principalmente após os trabalhos de John Maynard Keynes, com sua publicação na década de trinta da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

O questionamento deste modelo de políticas econômicas viria a ser realizado ao fim da década de 80, quando diversos economistas desenvolveram teorias que novamente questionavam a interferência do Estado na economia. Esta nova corrente seria a dos Neoliberais. Nesta revisão do liberalismo clássico, o Estado teria novamente participação reduzida, apenas com papel regulador através da criação de agências, apenas para promover o bom funcionamento da economia. Para tanto, foi promovido o incentivo de uma onda de privatizações por diversos países a partir da década de 90, com o intuito de reduzir realmente o papel estatal como empreendedor.

Este cenário introdutório é o plano de fundo para a discussão do livro "Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países", que aborda o capitalismo de Estado, sendo este, longe do mercado livre de interferências e da total estatização. Desta forma, procuram ressaltar os pontos

positivos e negativos da atuação do “Leviatã como empreendedor”, bem como do “Leviatã como investidor”, fazendo a diferenciação destes e como funcionam na atualidade.

Sobre os autores

Sergio Lazzarini é um dos autores da obra, sendo atualmente professor titular da Cátedra Chafi Haddad, sendo Ph.D em Administração pela John M. Olin School of Business, Washington University. Já foi professor convidado na Harvard University em 2010 em que resultou no livro *Capitalismo de Laços*, publicado no Brasil em 2011 pela editora Campus Elsevier, foi convidado pela universidade novamente em 2012 em que resultou no livro estudado no trabalho atual que foi lançado nos Estados Unidos no início de 2014 pela Harvard University Press. Grande parte das suas publicações faz referência a estratégias empresariais em mercados emergentes e relações entre empresas privadas e setor público que são temas também abordados na obra estudada neste trabalho.

O outro autor, o professor Aldo Musacchio, atualmente leciona na Brandeis International Business School, sendo Ph.D e M.A. em História Latino Americana pela universidade de Stanford, Califórnia, Diploma em Econometria avançada e B.A. em Economia pelo ITAM (México). Participou ainda de estudos feitos em parceria com a Harvard Business School. Outro livro de destaque do autor é o Strategy in Emerging Markets.

Resumo da obra

Em resumo, é possível compreender o tema tratado no livro em questão através da sequência lógica elaborada pelos autores ao longo dos capítulos. Uma das primeiras definições abordadas é os vários modelos do Estado, chamado pelo autor de Leviatã (em referência à obra de Thomas Hobbes), na administração de empresas, de acordo com seu grau de envolvimento ou mesmo de participação financeira. A primeira abordagem é a do Leviatã como empreendedor. Nesse caso,

o Estado é proprietário total da empresa, com liberdade de controle e com transparência limitada. O oposto desse modelo de gestão seriam as empresas privadas. Portanto, compreende-se aqui uma estatal como nos modelos dos países socialistas, onde o Estado é o controlador único e soberano sobre toda a empresa.

Já o Leviatã como investidor majoritário e como investidor minoritário são a grande ênfase dos autores durante todo o livro. Estas formas de gestão se desenvolveram pós anos 1990, onde uma nova forma de capitalismo de Estado surgiu, através de participações variadas nas mais diversas empresas. É a partir desse entendimento de como o Estado procura cada vez mais seu envolvimento para não só ter mais formas de retorno financeiro, mas também estabelecer novas formas de política, através de nomeações para cargos de CEO das empresas que atua como investidor majoritário, por exemplo.

Portanto, é durante os capítulos do livro que os autores baseiam sua argumentação primariamente no fato de que, nos últimos anos, os governos têm aprendido que é necessário um modelo de governança mais adequado às empresas em que este tem participação majoritária ou minoritária. Em seguida, os autores defendem a ideia da heterogeneidade em relação a cada modelo administrativo. Há pontos positivos no modelo de gestão estatal, embora a influência e a presença da política nesse meio seja tão tóxico para os negócios. Junto a isso, inúmeros casos onde o Estado é investidor minoritário têm sido exemplos de desenvolvimentos de novos projetos, através de um investimento sólido, ao passo que em outros casos isso novamente recai na influência política.

Portanto, não há um consenso no livro em tratar a existência de empresas privadas como algo bom ou ruim, pois essa polarização extingue a capacidade de podermos tirar proveito de qualidades presentes em ambos os modelos de gestão.

Argumentações abordadas acerca do modelo do Capitalismo de Estado

Em linhas gerais, os autores apresentam o Capitalismo de Estado sem forte posicionamento. Eles definem o Capitalismo de Estado como “a influência difusa do governo na economia”, considerando tanto os aspectos de participação minoritários como os aspectos majoritário. Embora o foco da obra não seja defender o

Capitalismo de Estado como certo ou errado, os autores apresentam argumentos usuais a favor e contra esse modelo, ressaltando visões distintas de argumentação.

Abordando-se primariamente os argumentos usuais contra o modelo, têm-se a ideia de que empresas estatais são menos eficientes que suas concorrentes do setor privado. Considerando-se a visão da agência, as estatais sofrem com a necessidade de fortes incentivos financeiros e de assíduo monitoramento, tanto dos administradores, quanto do mercado. Outro argumento utilizado, tendo em vista uma visão social, é de que empresas estatais podem de certa forma comprometer a rentabilidade por algum objeto social, como, maximizar emprego ou abrir firmas em áreas não rentáveis por questões sociais. A terceira visão divergente ao modelo, é a visão política. Esta visão aborda que políticos utilizam empresas estatais em benefício próprio ou benefício de empresários, os quais se tem relações políticas de interesse. Uma última argumentação usual é a da participação do Estado como um modo de “mão espoliadora” impedindo que o mercado pressione os gestores.

Tratando-se daqueles que argumentam a favor do Capitalismo de Estado, considera-se que, na *visão de política industrial,* o investimento estatal culmina em desenvolvimento. Desenvolvimento este que não seria atingido estando-se em livre mercado. A partir disso, tem-se a ideia da “mão-solidária” do governo, na qual, o governo surge para corrigir as falhas de mercado e criar novas capacidade na economia, contrapondo-se à “mão espoliadora” do Estado.